



Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.
Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social.

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL INTERREGIONAL, NORDESTE E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: UM BREVE DIÁLOGO COM FLORESTAN FERNANDES

Evelyne Medeiros Pereira¹

Resumo: O Brasil dos anos 2000 reflete a dialética do desenvolvimento desigual e combinado que incide na questão social no Nordeste, região particularmente inserida na recente dinâmica de expansão do capital. Nosso propósito é, portanto, identificar mudanças recentes na relação entre o atraso e o moderno que constitui o contexto nordestino. Uma vez que não há ruptura com as determinações neoliberais, a reprodução regional da lógica da dependência e da divisão internacional do trabalho são confirmadas. Assim, desenvolvemos um estudo bibliográfico, priorizando a perspectiva crítico-dialética, em especial presente na obra de Florestan Fernandes, e o diálogo com dados primários e secundários.

Palavras-chave: Desenvolvimento desigual; Questão social; Nordeste.

INTERREGIONAL UNEQUAL DEVELOPMENT, NORTHEAST AND SOCIAL ISSUE IN BRAZIL: A BRIEF DIALOGUE WITH FLORESTAN FERNANDES

Abstract: Brazil in the 2000s reflects the dialectics of uneven and combined development, that focuses on the social issue in the Northeast, a region particularly embedded in the recent dynamics of capital expansion. Our purpose is, therefore, to identify recent changes in the relationship between the backwardness and the modern that constitutes the northeastern context. Since there is no rupture with neoliberal determinations, the regional reproduction of the logic of dependence and the international division of labor is confirmed. Thus, we developed a bibliographic study, which prioritizes the critical-dialectic perspective, in particular present in the work of Florestan Fernandes, and dialoguing with primary and secondary databases.

Keywords: Unequal development; Social issues; Northeast.

1. INTRODUÇÃO

É certo que as expressões da recente realidade nordestina, especialmente na primeira década do século XXI, tais como o aumento da expectativa de vida e a diminuição da pobreza absoluta, sinalizam inflexões na forma de enfrentamento a questão social na região. Essa constatação é possível ser observada na própria realidade, não apenas através dos indicadores sociais

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: <evelyne.mp2913@gmail.com>

e econômicos que demonstram uma efetiva melhoria das condições de vida dos trabalhadores com a ampliação de postos de trabalho, de industrialização, do acesso à renda, ao consumo e a políticas sociais como a educação e assistência.

De fato, ao se observar os números e os documentos oficiais, é possível identificar algumas diferenciações em relação à ortodoxia neoliberal em curso no país durante a década de 1990. A região Nordeste efetivamente esteve entre as prioridades dadas por parte de instituições estatais via “políticas de desenvolvimento”, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do financiamento de grandes projetos infraestruturais e industriais, como a Transposição do Rio São Francisco, os Complexos Portuários e Siderúrgicos, os Polos Industriais e a Transnordestina, além de programas como o Programa Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o Luz Para Todos, que priorizaram o atendimento de quem esteve à margem do trabalho formal ou mesmo aqueles que não foram incorporados pelo mercado.

Conforme o IBGE (2014), a economia da região Nordeste crescia até 2014 em um ritmo muito superior à média nacional, sendo considerada aquela que gerou mais empregos formais nos últimos anos. Contudo, de acordo com Pochmann (2012, p.27), dos 21 milhões de postos de trabalho criados nos anos 2000, 94,8% foram com rendimento de até 1,5 salário mínimo mensal, o que representa a condição de baixa remuneração e qualificação profissional demandada por parte dessas ocupações, absorvendo segmentos da classe trabalhadora mais pauperizados.

Já as pesquisas divulgadas pelo IBGE, em 2012, chegaram a revelar que ocorreu uma inversão no histórico movimento de migração entre as regiões. Em vez da corrida para o Sudeste que marcou as décadas de 1960 a 1980, a tendência era de deslocamentos entre municípios de um mesmo estado e queda acentuada nas migrações entre regiões, tendo como principais fatores para a diminuição no número de migrantes a saturação das metrópoles e a melhor distribuição da oferta de emprego. Estaríamos, então, diante de um período que viabilizou o protagonismo de regiões que eram vistas como atrasadas como é o caso das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, impulsionando a constituição de uma estrutura produtiva antes inexistente ou, pelo menos, bem diferente do

que havia originalmente? Diante desta reflexão, pretendemos apresentar brevemente alguns aspectos que caracterizam a questão regional no último período (anos 2000), a partir do Nordeste, na busca de entender os fatores que levaram a um quadro de relativas mudanças nas condições de vida e trabalho das classes subalternizadas dessa região, incidindo temporariamente sobre as desigualdades regionais no país. Isto tendo como base, dentre outras bibliografias, o pensamento de Florestan Fernandes a fim de travar uma interlocução entre suas ideias e a análise dos dados secundários e documentos oficiais, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do período priorizado na pesquisa.

2. O NORDESTE NO CONTEXTO DO SÉCULO XXI

De fato, o Nordeste está entre as regiões que mais cresceu economicamente na primeira década do século XXI. Segundo Araújo (2013, p.162), no mesmo período, houve também uma liderança da economia nordestina, junto à região Norte, no crescimento do consumo. Além disso, ressalta que a elevação real do salário-mínimo teve impacto mais forte na realidade nordestina, “onde 45% dos ocupados receberam até 1 salário-mínimo – bem acima da média nacional que era de 26% [...] entre 2003 e 2009 o valor do rendimento médio das famílias” da referida região “cresceu 5,4% ao ano, quando a média brasileira foi de 3,5%, e no Sudeste essa taxa foi de apenas 2,9%”.

Levando em consideração que as desigualdades regionais favorecem a divisão entre pobres e ricos territorialmente, como o Nordeste possui mais da metade da população muito pobre do país, captou 55% dos recursos do Programa Bolsa Família (PBF), “carro-chefe” da Política de Assistência Social dos Governos Lula e Dilma, o que influenciou tanto nas condições de vida dessa parcela populacional como na dinâmica econômica e territorial do interior nordestino (ARAÚJO, 2013). Contudo, tal programa, além das diretivas da focalização e *assistencialização*, desenvolveu-se sob a lógica da indispensável intermediação dos bancos, revelando as contradições das políticas sociais que,

“além de servirem ao capital por reduzirem o custo de reprodução da força de trabalho e atenuarem os conflitos de classe [...] servem, cada vez mais, à acumulação capitalista de modo direto” (BRETTAS, 2013, p. 202).

Segundo Sitcovsky (2012), diante da tendência ao hiperdimensionamento da Política de Assistência Social no âmbito da Seguridade Social e da centralidade que assume no trato da questão social, o PBF é também parte dos mecanismos de reprodução da força de trabalho brasileira, de manutenção da força de trabalho excedente, do trabalho precário e, portanto, da reprodução da superpopulação relativa estagnada e flutuante mediante redução do lumpemproletariado. Dessa forma, carregaria consigo a contradição de corresponder às exigências de acumulação ditadas pela crise do capital, viabilizando o acesso ao consumo de bens e serviços e, ao mesmo tempo, contrapor-se às atividades informais tradicionalmente desenvolvidas nas regiões mais pobres do país, como o Nordeste, a exemplo do trabalho não-assalariado, em troca de favor, de comida ou moradia, traço ainda vivo da nossa “modernização conservadora”.

Ainda ressaltamos que algumas ações, desenvolvidas na última década, vinculadas a outras políticas, a exemplo da educação profissional e superior, com uma tendência a expansão e a interiorização, adensaram impactos na vida cultural, política e econômica desses territórios. Isto, porém, tem representado a ausência de mudanças estruturais na lógica dessas instituições, da concentração de renda, prestígio e poder e do seu “conservantismo cultural”. (FERNANDES, [1968] 2008, p.56).

Esse quadro, todavia, incidiu sobre o aumento da expectativa de vida da população nordestina e a tendência positiva que apontavam diversos indicadores de elevação da participação da região Nordeste no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. O Nordeste do atraso, da fome e da migração tornou-se a região do “protagonismo”, o Nordeste moderno, das oportunidades, da interiorização dos serviços, do regresso daqueles que um dia tiveram que tentar a vida longe, constituindo trajetórias de vida de inúmeros anônimos que inspiraram a arte popular de Luiz Gonzaga a Belchior.

Contudo, de fato, houve realmente um novo desenho social e econômico

da região? Essas mudanças se deveram a quê? O que há de herança e ruptura? Esse entendimento é inviável caso não sejam reveladas as ambiguidades e os paradoxos constitutivos dessa realidade. Para tanto, lembramos novamente as palavras de Florestan Fernandes ([1960] 2008, s/p), quando nos diz o seguinte: “Apesar da ‘fome de bens de consumo’, dos incentivos que em determinadas conjunturas favorecem [...] tendências de integração nacional do mercado interno, fraco poder de compra, elevada especulação e alta capacidade ociosa foram um círculo vicioso tenaz.”.

Do mesmo modo, é importante observar alguns aspectos da realidade brasileira mais recente que continuam a sinalizar a presença desse “círculo vicioso tenaz” que permanece não pondo “em xeque” tanto os papéis históricos das regiões constitutivos da divisão interregional do trabalho, da dinâmica desigual e combinada como as formas de organização da produção capitalista propriamente ditas. Assim, é necessário perceber, antes de tudo, um “contrapeso” fundamental que, a nosso ver, viabilizou o crescimento econômico do Nordeste nos anos 2000 e seus consequentes impactos na questão regional.

Primeiro, a política de conciliação de classes vigente no referido período foi pautada e sustentada por um ganho maior de setores empresariais, inclusive do agronegócio. Os governos em questão retomaram a política industrial, relegada pelo governo FHC e reorientaram a atuação estatal, porém também deixaram clara a ausência de ruptura com o neoliberalismo, com maiores tensões e medidas relativamente diferentes daquelas definidas nos governos anteriores. Para Mara (2016, p.27), tratou-se, na verdade, “de uma reforma deste projeto [neoliberalismo], reforma relacionada aos interesses de frações da grande burguesia dependente brasileira”.

Segundo, é possível observar a ausência de significativas mudanças nas desigualdades sociais e concentração de renda. Diante dessas circunstâncias, Pochmann (2014, s/p), ainda em 2014, nos diz o seguinte: “Em 1980, o Brasil era a 8º economia do mundo e era 3º país mais desigual do mundo. Hoje nós somos a 7º economia do mundo e somos o 17º país mais desigual do mundo. Melhoramos a nossa posição relativa, mas ainda estamos entre os 20 países, de 200 existentes, mais desigual.”.

Esse quadro nos remete a constatação de que o problema do Brasil, assim como de outras realidades, não é relativo ao freneticamente propalado crescimento econômico por si só. “Crescimento tem havido [...]. Ele não chegou a assumir, porém, as proporções e um padrão que afetassem a integração do Brasil como uma sociedade nacional e sua posição no conjunto das demais sociedades nacionais, que compartilham da mesma civilização” (FERNANDES, [1968] 2008, p. 155). Frente a tal fato, novamente recorrendo a Florestan Fernandes, “o que nos deve interessar é o modo de participar do padrão dessa civilização”, se de forma dependente ou soberana. E a segunda opção, por razões históricas e estruturais, nos levaria necessariamente a um processo de ruptura com o capitalismo.

Como resultado desse processo, a melhoria nas condições de vida sinaliza de modo cada vez mais latente o seu caráter relativo e temporário. Afinal, “o cobertor do neodesenvolvimentismo é curto. Em um país de capitalismo dependente, as concessões possíveis à estratégia de conciliação de classes também.”. (MARA, 2016, p.390). As próprias taxas de crescimento não têm sido estáveis, nem significativamente altas, sobretudo nos últimos anos, o que, a nosso ver, revela tanto os efeitos da crise mundial, despencando o preço das *commodities*, como os limites da política de conciliação de classes que foi bem-sucedida por curto tempo, porém não apontou para o fortalecimento de um projeto que buscasse, de fato, romper com o neoliberalismo. Dentre outros fatores, não houve desconcentração no território brasileiro de riquezas socialmente produzidas. Sobre isso, vejamos o que nos diz Neto (2014, p.70-71):

Em particular, a região Nordeste [...] continua sendo [...] a região em que a concentração da produção econômica no Brasil se expressa mais desfavoravelmente, pois sua participação no PIB nacional atingida em 2010 ainda é equivalente àquela do início da década de 1960, quando Celso Furtado, por meio do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), preocupou-se com as causas e manifestações de seu subdesenvolvimento. Cabe ainda notar que as mudanças em prol da desconcentração foram mais presentes na década de 2000 que na precedente.

Assim, emerge um novo desenho social e econômico da região em que o

moderno empresariado nordestino vincula-se à estrutura de serviços que as políticas de desenvolvimento regional ajudaram a desenvolver na região. Para tanto, o BNDES teve papel fundamental. Este passou a investir, em 2007, o dobro que investia em 2000, priorizando, até 2009, programas e projetos de infraestrutura voltados para o Nordeste, já sinalizados por nós, além das isenções fiscais e da oferta de mão de obra mais barata em relação a outras regiões do país, atraindo setores industriais e da construção civil, nacionais e internacionais. Isto tendo em vista a margem salarial dos trabalhadores que vivem no Nordeste e ganham em torno de um salário-mínimo, quando essa média chega a triplicar em outras regiões do país, principalmente Sul e Sudeste. (IPEA, 2010).

Nesse quadro, “temos [...] novamente esboçado um modelo decisório de inversão de recursos públicos que utiliza o espectro dos ‘pobres’ para a montagem de engrenagens grandiosas de acumulação de capital [...]” (DÓRIA, 2007, p.289). O BNDES, por exemplo, disponibilizou na última década por volta de um terço do total dos recursos “para somente dez grandes grupos econômicos privados em processo de concentração e fusão”. (POCHMANN, 2013, p.152). No âmbito do setor sucroalcooleiro foram 28,2 bilhões de reais o valor total de repasses aos usineiros na forma de empréstimos.

É importante observar as contradições vivenciadas no cotidiano da vida de milhões de trabalhadores que compõem um permanente e contínuo quadro de desigualdade regional que ainda faz do Nordeste um destaque em baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), elevados indicadores de analfabetismo, mortalidade infantil e pobreza, em geral. Em 2010, por exemplo, a “taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais para o país era de 9%, mas a do Nordeste era de 17,6%, enquanto a do Sul era de 4,7%”. (ARAÚJO, 2013, p.171). Assim, apesar do recente crescimento, não há alteração no mesmo ritmo das condições de vida de milhares de pessoas que continuam atingidas pela pobreza e demais expressões das desigualdades sociais.

Para Pochmann (2013, p.152), os estados mais ricos absorveram a “maior parte do fundo público comprometido com as transferências monetárias”, sendo incorporado pela região Sudeste “50% do total dos recursos anualmente

comprometidos com as transferências previdenciárias e assistenciais da seguridade social”. Esse quadro revela também a ausência de avanços substanciais em políticas sociais voltadas para o enfrentamento de tais desigualdades para além de ações pontuais, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), criado ainda na década de 1980 e de cunho mais assistencial. Na verdade, PNDR dos últimos anos não rompe com a herança neoliberal, o que facilita a reversão rápida dos ganhos e a reposição das disparidades socioregionais, fazendo com que o Norte e Nordeste brasileiro hoje configurem-se como regiões com maior presença dos aspectos ou “perfis” da pobreza, apesar da melhoria nos índices de pobreza no país entre 2004 e 2013 com a queda de 20% para 9%.

Esse contexto torna-se mais agravante diante da implementação de uma violenta agenda de privatizações no último ano, expondo o esgotamento do padrão de crescimento econômico, a reorganização das forças mais conservadoras, antidemocráticas e antipopulares da sociedade e dos segmentos deliberadamente comprometidos com a ortodoxia neoliberal, desgostosos com os mínimos promovidos aos segmentos populares pela política dos governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Eis mais um episódio da nossa *restauração conservadora* (GRAMSCI, 2002) ou, nas palavras de Florestan (2008, s/p), da *contra-revolução preventiva* em que “a mudança social é comprimida, convertendo-se, extensa e profundamente, em um processo de ‘modernização dependente’.”

Nesse contexto, é inevitável fazer menção aos aspectos centrais da formação social brasileira, em particular, a natureza da transição capitalista. Isto nos remete novamente às palavras de Florestan ([1975] 2006, p.238) quando nos diz: “Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da ‘conciliação’ (em regra, uma autêntica negação ou neutralização da ‘reforma’)”.

É certo que as repercussões desse contexto mais recente na questão regional são desastrosas, adensando rapidamente os efeitos dessa questão como resultado da capacidade de recomposição capitalista em cada ciclo de

acumulação através da constante combinação do atraso e do moderno como marca histórica do nosso desenvolvimento desigual. E é sob tais aspectos que nos debruçaremos daqui em diante.

3. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL INTERREGIONAL NO BRASIL

Frente aos argumentos e dados apresentados, é possível sinalizar que, mesmo diante da perpetuação das desigualdades regionais e da divisão regional do trabalho no país, ocorreram inflexões no enfrentamento a questão social no Nordeste nos anos 2000. Estas não foram, no entanto, suficientes para reconfigurar as funções que historicamente as regiões cumprem no desenvolvimento desigual capitalista. Porém, mesmo diante de um maior volume de investimentos destinados ao Nordeste em relação a períodos anteriores (década de 1990), condizente com o discurso governamental de priorização “dos mais pobres” e, portanto, das regiões mais pobres, como pode uma região ter apresentado altas taxas de crescimento no contexto onde continuou pesando um maior volume de destinação de recursos públicos, em números absolutos, para regiões historicamente mais ricas, não alterando consideravelmente a concentração regional de riquezas?

É certo que, para darmos alguns passos adiante, é necessário recorrer aos aspectos que fundamentam, ontem e hoje, a formação social brasileira. Dentre esses, recolocamos em cena a relação orgânica entre o atraso e o moderno. Sobre isso, fazemos *jus* novamente aos ensinamentos do nosso intérprete acerca da centralidade dessa relação orgânica, quando nos diz: “[...] a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho [...]” (FERNANDES, [1968] 2008, p.60-61). Daí a funcionalidade do atraso, que também se apresenta como moderno, na realidade brasileira a partir da configuração regional. A conformação das regiões caminha, assim, no (des)compasso necessário que permita o rendimento máximo para o capital através de formas de exploração do trabalho, na medida do possível, também máximas, demandando a combinação

de aspectos tidos como retrógrados que não deixam de se modernizar. Mas, então, onde queremos chegar? Qual a relação entre esse aspecto e a questão feita no início deste item?

Antes de tudo, é certo que os anos 2000 compõe um período mundialmente mais favorável a expansão capitalista no país e ao desenrolar de medidas anticíclicas, mesmo com tempo cada vez menor de permanência. Para que isso ocorresse produzindo um impacto mais rápido e significativo, além de uma maior dinamização na economia, é possível observar a prioridade dada às regiões mais pauperizadas por parte da frente de alianças que dirigiu os últimos governos, ampliando o espaço para a expansão capitalista nos diversos setores da sociedade e as condições mais propícias de crescimento sem maiores perdas em termos de lucratividade dos principais setores empresariais, ampliando o crédito, elevando o salário mínimo e tornando mais robusto o mercado interno.

Daí o destaque do Nordeste, região que historicamente cumpre um papel central na divisão regional do trabalho, constituindo, nas palavras de Marx ([1867]1984), um “exército industrial de reserva” ou uma “superpopulação relativa” que tenciona o rebaixamento do preço da força de trabalho no país; com grande diferenciação salarial em relação à média nacional; menor índice de industrialização em comparação a outras regiões, implicando em taxas reduzidas de produtividade do trabalho e menor composição orgânica do capital; maior peso da pauperização absoluta e, portanto, de condições de trabalho precárias; além da grande marca da *questão agrária* que retrai ainda mais o mercado interno e revela com maior clareza a relação dialética entre o moderno e o atraso no capitalismo como desdobramento da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. (TROTSTKY, [1930] 1977). Afinal, “[...] o arcaico e o moderno nem sempre entram em choque decisivo [...]; estabelecem-se várias espécies de fusões e de composições, que traduzem os diferentes graus de identificação dos homens com a herança tradicional e com a modernização.” (FERNANDES, 2008, p.53).

Essa característica evidencia-se com maior grau nos países dependentes e, internamente a estes, em determinadas regiões onde o peso do atraso é mais potente, conformando com mais afinco as desigualdades regionais e,

consequentemente, a questão regional. Para Florestan (2008, p.79), trata-se, portanto, “de uma economia capitalista que articula estruturas arcaicas e modernas, na qual essas últimas apresentam intenso crescimento ‘desordenado’ e se impõem às primeiras como centros hegemônicos da economia nacional.”. Ou, nas palavras de Trotsky (1977, p.24): “A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processos* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados”.

Nesse sentido, é importante observar que o atraso histórico das economias dependentes não significa ausência ou mesmo certa deficiência no desenvolvimento capitalista. Ao contrário. Sobre isso, Florestan nos chama a atenção, já na década de 1960, para o entendimento de que a sociedade capitalista “subdesenvolvida” não pode ser concebida como uma “redução patológica daquele tipo social, considerado em determinado estágio do seu desenvolvimento. Ao contrário, ela constitui, através de suas diversas variantes, o que se poderia entender como manifestação normal daquele tipo, nas condições que deram origem e mantiveram o capitalismo dependente.” (FERNANDES, 2008, p.51).

A concepção de que a articulação de estruturas arcaicas e modernas é um “requisito do capitalismo dependente”, conforme Florestan Fernandes (2008, p.54), nos leva a outro importante salto na análise da realidade em que vivemos historicamente no Brasil: o entendimento de que o desenvolvimento capitalista produz o subdesenvolvimento e este, “sem dúvida, [...] é um negócio, para os que tiram proveito dele através do capitalismo dependente”.

Tais fatores e condições presentes na sociedade brasileira foram determinantes para a definição de prioridades dada à geração de postos de trabalho e investimentos em grandes projetos nos anos 2000. Isso, muito embora, contraditoriamente, também tenha implicado sobre um conjunto de resistências coletivas que expressam as diversas e antagônicas formas de enfrentamento à questão social na região Nordeste, a exemplo da forte e histórica presença de movimentos sociais, incluindo os de cunho sindical, de trabalhadores do campo. Esses aspectos, hipoteticamente, podem conduzir a uma explicação das inflexões da questão regional e de suas formas de

enfrentamento e a importância desse fenômeno para o último ciclo de desenvolvimento.

Diante desse quadro, é inegável que a expansão do capital e do mercado dinamiza com uma força muito maior e veloz a economia em regiões onde o descompasso entre riqueza e pobreza é mais profundo, o que tende, inicialmente, a beneficiar, em graus diferenciados, ambas as classes e suas respectivas frações, representantes tanto do capital como do trabalho, atendendo aos seus diferentes interesses e necessidades. Isso, no entanto, é impossível sem o necessário intermédio do Estado que funciona, por um lado, como um subsidiário do capital, com os incentivos fiscais, uma política tributária regressiva e a apropriação do fundo público, e, por outro, como mecanismo de geração de novos postos de trabalho, subsidiário de programas assistenciais, ampliação da renda e do poder de consumo através do crédito, que também incrementa a acumulação capitalista, em especial o capital portador de juros, mercadoria de excelência do capitalismo nos nossos dias.

A história, longe de ser pré-determinada, nos mostra que tudo que começa e deveria acabar de um jeito, pode acabar de outro. As contradições da realidade, portanto, extrapolam os limites categóricos, conceituais e temporais que aqui priorizamos, já que o movimento de expansão e estagnação entre as regiões produz clivagens nas classes, disputas de interesses inter e intraclasses transcendendo qualquer dicotomia e polarização. Em outras palavras, a incorporação de trabalhadores e de regiões a dinâmica do capital produzem mudanças significativas e perceptíveis - a exemplo do aumento do número de greves -, porém, muitas vezes, ainda não absorvidas pelas classes em relação, em luta.

Nesse sentido, não podemos negar que a dinamização da economia a qual estamos nos referindo, mesmo com o grande desnível entre os ganhos do capital e aqueles voltados para o trabalho, pode interferir diretamente na prática das classes sociais e, portanto, nas condições reais da luta de classes, muitas vezes até mais favoráveis para a luta dos trabalhadores diante de sua relativa recomposição em relação ao ciclo anterior do neoliberalismo no Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o caminho que priorizamos, podemos, de fato, perceber que nos anos 2000 houve no Brasil: **a)** uma relativa alteração entre as formas combinadas de exploração da força de trabalho face ao período anterior (anos 1990), viabilizando, por exemplo, um avanço na regulamentação e implementação dos direitos trabalhistas das/os empregadas/os domésticas/os e trabalhadores/as rurais sem, porém, eliminar o trabalho precário e as condições análogas ao trabalho escravo; **b)** a conformação de um pêndulo entre acesso e precarização, viabilizando, por um lado, uma ampliação do consumo e mercado interno, uma diminuição da pauperização absoluta, a recomposição relativa das classes trabalhadoras com o aumento dos postos de empregos formais, especialmente através de grandes obras no âmbito da construção civil e demais polos da indústria de transformação; **c)** por outro lado, a intensificação da precarização do trabalho, sob a hegemonia de um “neoliberalismo heterodoxo”, interferindo na composição da força de trabalho “sobrante” e na dinamização da economia local que, mediante a saturação das metrópoles e a busca de novos territórios de expansão do capital, tem conformado outras regiões metropolitanas, especialmente no interior do Nordeste.

No fim das contas, estamos falando de um país onde o “progresso” observado, por exemplo, com a queda da extrema pobreza entre os anos de 2004 a 2013, de cerca de 7% para 4%, sofre um processo de verdadeira estagnação antes mesmo do final do último governo eleito. Entre 2012 e 2013, a extrema pobreza aumentou ligeiramente e a pobreza ficou estável. “O mercado de trabalho está se deteriorando rapidamente, e a situação fiscal passou de relativamente favorável para muito preocupante. Esse dado indica que as duas forças principais por trás da redução da pobreza – o mercado de trabalho e as transferências para os pobres – são incapazes de manter o mesmo ritmo que tiveram na última década.” (PNUD, 2015).

Essa realidade explicita uma condição incontestável: a política de conciliação de classes esbarra nos próprios limites capitalistas e de seu padrão de dominação externo onde não há viabilidade do pleno emprego e, portanto, de

agradar permanentemente a “dois senhores”. Daí as estratégias cada vez mais focalizadas na assistência como resposta as classes populares, por exemplo. Essas fronteiras operam sob a mediação da dependência estrutural, interferindo diretamente na configuração do Estado e na composição das classes sociais. Portanto, os limites do último ciclo de desenvolvimento são também os limites de um Estado que combina, a um só tempo, oligarquia e financeirização; precarização, repressão e *assistencialização*.

Portanto, os ciclos de expansão capitalistas via “inclusão” e incentivo ao setor produtivo têm tempo de validade nas regiões de forma descompassada, tal como ocorreu no último período em terras brasileiras. A expansão das empresas do agronegócio no Brasil - ao contrário da propagada em torno da geração de empregos, possível temporariamente -, vem sendo acompanhada pela informalidade, tendo apenas 36% dos seus empregados com carteira assinada, além da grande ocorrência de trabalho análogo ao escravo. Fato este que tende a se agravar atualmente diante das modificações na legislação trabalhista especialmente nas condições do trabalhador do campo. Tal contexto representa a busca de outras vias para garantia de acumulação por parte dos capitalistas, mesmo que no ciclo anterior tenha sido possível um verdadeiro “salto qualitativo na conformação do grande capital interno” (BRETTAS, 2013), beneficiando determinadas frações burguesas a se apropriarem ainda mais do trabalho necessário via exploração e expropriação de trabalhadores.

As atuais medidas de austeridade e completa retração nos direitos sociais e políticos intensificam com maior violência a precarização, via terceirização, e, conseqüentemente, um diferenciado e aprofundado desenvolvimento desigual, interna e externamente. O movimento de concentração e centralização do capital toma renovada amplitude, reforçando a condição do Brasil de país agroexportador e dependente. Isso nos faz lembrar a seguinte explicação do nosso interlocutor:

[...] o regime de classes, numa sociedade capitalista subdesenvolvida, possui como substrato material uma situação de mercado dependente e como suporte sociocultural os recursos de uma civilização nucleada no exterior. [...] as mudanças estruturais ou de conjuntura não se refletem, duradouramente, na posição daquela sociedade, a não ser pela substituição das polarizações dos vínculos de heteronomia. Isso

é tão verdadeiro que os diferentes colapsos do velho ou do novo colonialismo e do imperialismo econômico não conduziram senão a formas de heteronomia crescentemente mais complexas, envolventes e eficazes. (FERNANDES, 2008, p.56).

Os desdobramentos e efeitos dessa dinâmica atingem de forma particular regiões como o Nordeste que, para nós, teve uma relevância para a duração do último ciclo de expansão do capital, desde o seu ascenso até o seu declínio, tal como foi no período desenvolvimentista do século XX, mesmo sob outras qualidades e proporções, funcionando como uma verdadeira “estratégia de hegemonia”.

Em síntese, não é nosso propósito obscurecer as mudanças, mas analisá-las, na perspectiva da totalidade. Não temos dúvida que, de modo individual e temporário, muitos trabalhadores se sentiram beneficiados, mas, enquanto isso, o capital foi fortalecido permanentemente, o que pode ser demonstrado nos graúdos níveis de acumulação obtidos no mesmo período. Arriscamo-nos, portanto, a dizer que as mudanças não foram substanciais, uma vez que a forma de governar não rompe com as determinações neoliberais. Talvez, o governo não previsse a temporalidade desses efeitos do que, certamente, estavam cientes os capitalistas, que bem conhecem o tamanho de cada espaço econômico onde resolvem atuar, articulando fatores econômicos, sociais e culturais regionalmente dispostos e constituídos na formação social brasileira. O previsível esgotamento da capacidade do ciclo de crescimento presente na dinâmica do capitalismo contemporâneo, rapidamente reforçou a reprodução regional da lógica da dependência, a divisão internacional (e regional) do trabalho e, conseqüentemente, a confirmação da *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.

Ousamos sinalizar que teria, então, o peso do descompasso entre ricos e pobres e do atraso sob o moderno no Nordeste favorecido o desenvolvimento e expansão capitalista dos anos 2000. A questão é que tal movimento apresenta sinais de estagnação desde o início da segunda década deste século, contribuindo para a profunda crise econômica e política em curso nos nossos dias.

Tudo isso conduz a supor que as expressões da questão social no

Nordeste, tidas como progressistas no período analisado, estão fundadas na oportuna utilização do peso da “modernização conservadora” nessa região. O atraso (conjugado ao moderno) teria parido um desenvolvimento na esteira de um movimento virtuoso de expansão de vida curta, o que não é nada surpreendente para a forma de ser (desigual e combinada) capitalista.

Portanto, apesar dos efeitos imediatos e de melhorias individuais, partimos do pressuposto de que a tentativa de governar via pacto social permite apenas temporária e conjunturalmente promover variações na questão regional, ao ponto de, inclusive, repercutir no desenvolvimento do país, mas sem, substancialmente, reduzir a desigualdade social no Nordeste e no território nacional. Ao serem priorizados investimentos nessa região, foram “matados dois coelhos com uma só cajadada”: atendeu-se ao fim capitalista e à população mais pobre. De repente, os ínfimos ganhos da população se esvaem. Fica evidente a impossibilidade de fugir à *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, fundamento da nossa dependência, tal como já sinalizava Florestan Fernandes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. de. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BRETTAS, T. **Capital financeiro, fundo público e políticas sociais**: uma análise do lugar do gasto social no governo Lula. (Tese) Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

DÓRIA, C. A. O Nordeste: “problema nacional” para a esquerda. In: MORAES, J. Q.; ROIO, M. D. (Orgs.) **História do Marxismo no Brasil**. Vol.4. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Globo, [1975] 2006.

FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 5. ed. rev. São Paulo: Global, [1968] 2008.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. 4. ed. rev. São Paulo: Global,

[1968] 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol.5. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1932] 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=4>. Acesso em 12 nov. 2014.

IBGE: maior proporção de empresas de alto crescimento está no Norte e Nordeste. Brasília: **EBC Agência Brasil**, 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-12/emb-maior-proporcao-de-empresas-de-alto-crescimento-esta-no-norte-e>. Acesso em: 10 set. 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Brasil em desenvolvimento**: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/bd/publicacao_2010.html >. Acesso em: 29 jul. 2014.

MARA, E. **Pacto social e hegemonia burguesa**: a reforma do neoliberalismo na Era Lula.(Tese) Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1984.

NETO, A. M. **Desigualdades regionais no Brasil**: características e tendências recentes. Brasília: Boletim regional, urbano e ambiental IPEA, jan. – jun. 2014, pp. 67-81.

POCHMANN, M. “**Nós somos um país em que a desigualdade é nossa marca**”: Para o economista e presidente da Fundação Perseu Abramo, Márcio Pochmann, o Brasil está mais preparado para lidar com a desigualdade, mas certamente, está longe de superá-la. [nov. 2014]. Entrevistadora: Simone Freire. São Paulo: Jornal Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/30631/>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SITCOVSKY, Marcelo. A reconciliação entre assistência social e trabalho: o impacto do bolsa família. In: MOTA, Ana Elizabeth (org.). **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1930] 1977.